



## A ética democrática e seus inimigos: o lado privado da violência pública

**Jurandir Freire Costa**

Em geral, quando falamos de violência, pensamos em uso da força, com vistas à exclusão de grupos ou indivíduos de uma dada situação de poder. Essa violência pode ou não encontrar resistência na violência dos excluídos. Como quer que seja, nos dois casos estão em jogo os princípios axiológicos que permitem arbitrar o que é legal ou ilegal, legítimo ou ilegítimo, na interação entre os humanos. O ponto central desta leitura, portanto, é a noção de abuso de poder, de invasão desestruturante de uma ordem desejável, posta no horizonte ético da cultura.

Os estudos que se detêm neste aspecto da violência, são, por certo, importantíssimos. Normalmente analisam as relações de poder entre grupos ou classes e focalizam, especialmente, as ações individuais ou coletivas que buscam anular a força do adversário, na defesa de seus respectivos pleitos sociais.

No Brasil, os trabalhos que denunciam a exploração econômica dos trabalhadores, a concentração de renda, as brutalidades cometidas contra etnias indígenas, as matanças de delinquentes ou menores infratores, a epidemia de assaltos, seqüestros e roubos exemplificam o gênero de reflexão ao qual nos referimos.

Numa direção diferente, penso em abordar a violência a partir da visão que o indivíduo de elite tem de seu destino sócio-individual. (1) A escolha deste ponto de vista deve-se a duas razões principais. A primeira concerne ao poder que tem tal indivíduo de formar mentalidades. As elites brasileiras (2) monopolizam a maior parte das riquezas materiais do país e os instrumentos que consagram normas de comportamentos e aspirações como recomendáveis e desejáveis. Seu valor estratégico, no que concerne à mudanças sociais, é, por este motivo, de grande importância.

A segunda razão diz respeito à possibilidade de entender mais facilmente "como e em que pensam as elites", dado o hábito cultural que têm de tematizarem a si mesmas. Enquanto, nas camadas populares, tomar a própria subjetividade como objeto de preocupação e discurso público é uma exceção, nas elites esse hábito é a regra. Assim, por meio da discussão constante de seus conflitos, crenças, desejos, ideais e aspirações, elas revelam o modo como aprendem a subjetivar-se e a maneira como interpretam seus papéis na condução, conservação ou transformação da realidade brasileira.

Analisando a violência deste ângulo, podemos, talvez, refazer algumas pontes entre comportamentos privados e fenômenos públicos. Basicamente, gostaria de considerar duas idéias: a) a *idéia de alheamento em relação ao outro*, e b) a *idéia de irresponsabilidade em relação a si*.

### **O alheamento em relação ao outro**

O fato histórico do alheamento de indivíduos ou grupos humanos em relação a outros não é novo na dinâmica social. A capacidade que temos de tornar o outro um "estranho", alguém que não é de "*chez nous*", foi discutida exaustivamente por numerosos estudiosos. Retenho as contribuições de Hannah Arendt, Richard Rorty e Freud, pela familiaridade e afinidade eletiva que tenho com elas (ver Arendt, 1976, Rorty, 1989, Costa, 1988, 1991).

À sua maneira, cada um destes pensadores mostrou que a contingência das imagens que temos "do que é ser humano" pode levar-nos a desconhecer o outro como um semelhante. Ao contrário do ódio, da rivalidade explícita ou do temor diante do adversário que ameaça privar-nos do que julgamos fundamental para nossas vidas, o alheamento consiste numa atitude de distanciamento, na qual a hostilidade ou o vivido persecutório são substituídos pela *desqualificação*

*do sujeito como ser moral.* Desqualificar moralmente o outro significa não vê-lo como um agente autônomo e criador potencial de normas éticas, ou como um parceiro na obediência à leis partilhadas e consentidas, ou, por fim, como alguém que deve ser respeitado em sua integridade física e moral.

Utilizando de modo análogo o pensamento de Winnicott, diria que a conduta indiferente corresponde a um estado psíquico em que a impiedade (*ruthless*) não é reconhecido como tal (ver Winnicott, 1970, 1971, e Macedo, 1994). No estado de alheamento, o agente da violência não tem consciência da qualidade violenta de seus atos. Se o possível objeto da violência nada tem a oferecer-lhe, então não conta como pessoa humana e pouco importa o que venha a sofrer; se, ao contrário, tem algo que interessa ao violentador, sua única qualidade relevante é a de ser suporte dos objetos ou predicados desejados, e o que quer que lhe aconteça é igualmente irrelevante para quem deseja apenas apropriar-se daquilo que cobiça. Ao contrário da crueldade inspirada na rivalidade ameaçadora, real ou imaginária, a indiferença anula quase totalmente o outro em sua humanidade. Retraduzindo no vocabulário de Hannah Arendt, o alheamento é uma das formas pela qual se manifesta a banalidade do mal (ver Arendt, 1983).

A meu entender, a forma de vida das elites no Brasil vem progressivamente apoiando-se nesse modelo de subjetivação ou individualização. Isto implica dizer que, da perspectiva desses indivíduos, os pobres e miseráveis são cada vez menos percebidos como pessoas morais, sem que essa atitude intencional seja informada por interesses utilitários de classe ou por cálculos racionais de opressão, como na violência diretamente repressiva e discriminatória. Os que estão no topo da hierarquia social não vêem os que desprezam como adversários de classe, interesses ou costumes. Vêm neles uma sorte de resíduo social inabsorvível, com o qual se deve aprender a conviver, à condição de poder puni-lo ou controlá-lo em caso de insubordinação. Em suma, as elites não mais se preocupam em legitimar os valores da sua visão de mundo. Dão por estabelecido que a sociedade toda converteu-se ao seu modo de viver e, apostando neste consenso imaginário, agem com a desenvoltura dos que caminham no fio da navalha, sem consciência dos riscos que correm.

Em parte, essa imagem da realidade social, uníssonas na aceitação de uma mesma visão de mundo, tem algo de verdadeira. O desastre histórico dos regimes totalitários de esquerda reuniu povo e elite em torno das idéias neoliberais, fortemente defendidas e difundidas pelos meios de comunicação. As elites desfrutaram de uma tranqüilidade ideológica que não tinham antes. Livres da oposição política de esquerda, dos combates dos sindicalistas e da contestação de jovens e intelectuais, elas, por fim, respiram. Tudo parece em ordem, na paz do mercado e do consumo. O desemprego, o aumento da miséria, a decadência da vida urbana ou a situação do campo e dos sem-terra são definidos como etapas infelizes porém provisórias no inevitável e correto rumo do desenvolvimento.

Esta convicção, salvo entre alguns cínicos, é autêntica. Não se trata de hipocrisia ou manipulação. As elites convenceram-se de que a política é coisa do passado. De agora em diante, dizem, o mundo está globalizado, e as velhas idéias de nação, Estado ou país devem ser aposentadas. A nova sociedade pertence à comunidade internacional dos que estão conectados pela Internet e dos que podem ingressar no circuito mundial das trocas econômicas, intelectuais, artísticas, científicas e tecnológicas. Mas toda crença tem seu ônus. Prisioneiras do mito que inventaram, as elites transformaram-se em personagens de um mundo fantasma; de uma *espécie de terceiro mundo*, entre o país real em que vivem e a comunidade internacional onde imaginam viver. Desraizadas lá e cá, perderam o sentido da história e do bem comum. Impotentes para intervirem nas decisões político-econômicas dos países ricos e desinteressadas pelo que se passa no Brasil, deixaram-se absorver quase exclusivamente por seus problemas privados, voltando as costas aos problemas coletivos.

Neste meio tempo, como seria de esperar, a indiferença produziu uma reação igual e contrária. Os desfavorecidos também começaram a negar seu pertencimento a um povo, classe ou nação, e o crescimento do banditismo urbano mostra que aprenderam bem a lição dos mentores. Da mesma forma que, para as elites, a vida dos mais pobres não tem nenhum valor, para o *lumpem* das cidades a vida dos privilegiados tornou-se mero objeto de barganha. A massa de

pivetes assaltantes, bandidos de aluguel, seqüestradores e traficantes de cocaína vê nos "ricos" apenas consumidores de droga ou corpos que podem ser friamente assaltados, estuprados, seqüestrados e assassinados em troca de dinheiro. A sociedade brasileira tornou-se uma réplica dos piores momentos das sociedades ocidentais. Ela evoca o que Hannah Arendt descreveu como o "mundo agonizante" criado pelo desvario totalitário ou pela loucura imperialista em certos países dominados. Naquele mundo, disse ela, "os homens aprendem que são supérfluos através de um modo de vida em que o castigo nada tem a ver com o crime, em que a exploração é praticada sem lucro, e em que o trabalho é realizado sem proveito" e, finalmente, em que, "a insensatez é diariamente renovada" (Arendt, 1979b, p. 221).

O que choca, no Brasil, não é tanto a truculência das agressões noticiadas, mas a impotência com que aprendemos a reagir a tudo isto. Cotidianamente nossos jornais mostram cenas estupefadoras em que horror e circo parecem misturar-se, ao mesmo tempo em que proliferam as estratégias de "salvação" individual, no sentido dado ao termo por Max Weber (Weber, 1993). Para as elites, o que resta é tentar "ser feliz" individualmente. Mas na busca desesperada por algo que dê sentido à vida, entretanto, elas parecem perder o mundo e a si mesmas.

### **Irresponsabilidade em relação a si**

Não é preciso muito esforço para notar de que é feito o cotidiano de um indivíduo brasileiro sócio-economicamente privilegiado. Os assuntos da vida privada são, de longe, os que dominam qualquer outro tipo de preocupação. No entanto, o cuidado obsessivo com o bem estar não apenas realimenta a cultura do alheamento como reduplica-se em irresponsabilidade para consigo.

Enquanto 170.000 pessoas perdem o emprego em um ano, num país semi-industrializado; enquanto trabalhadores sem-terra são assassinados por proprietários de terras improdutivas; enquanto policiais matam cidadãos de forma gratuita e abominável; enquanto grupos de bandidos roubam impunemente dinheiro do Banco do Brasil em plena pista do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro, ou fecham túneis urbanos, durante a madrugada, numa operação de assalto em larga escala a automóveis particulares, pois bem, enquanto tudo isto aparece nas manchetes da imprensa, multiplicam-se o consumo de tranqüilizantes, antidepressivos, hipnóticos e cocaína; as consultas a psicoterapias de toda sorte; o recurso a práticas esotéricas de previsão do "destino" amoroso ou financeiro; as revistas sobre sexualidade "doente" e "sadia"; o comércio da pornografia; a rede de locais exclusivos de encontro, diversão e turismo das "minorias sexuais"; os gastos dos turistas brasileiros nas viagens internacionais e, finalmente, os gigantescos *shopping centers*, que, em cada esquina, explodem como cogumelos carnívoros.

Não se trata aqui, como se poderia pensar, de crítica moralista, puritana, conservadora ou pequeno-burguesa ao direito que os sujeitos têm de se auto-realizarem, pelos meios que mais lhes convêm. Tampouco é o caso de ressuscitar a rigidez burocrático do estalinismo político *outdated*. Trata-se de observar que toda essa parafernália criada para curar espíritos amedrontados pela perda da juventude, pelo enfarte, pela aids ou pelo terror do fracasso sexual e amoroso não consegue trazer o mínimo de serenidade necessária ao sentimento de satisfação individual. Pelo contrário, o ideal da "boa vida" burguesa paralisa os indivíduos num estado de ansiedade permanente, responsável, em grande parte, pela incapacidade que têm de olhar para outra coisa que não a si mesmos. A rede de atendimento aos "famintos de felicidade" tornou-se um negócio rendoso, e os usuários, para mantê-la, exigem mais exploração dos que já são superexplorados. Independentemente do valor técnico-científico de cada uma destas práticas de cuidados de si, o fato é que, na imensa maioria, todas compactuam, inadvertidamente ou não, com o mito de salvação individual num universo moralmente vizinho de bancarrota.

O fenômeno é evidente e, talvez por isso mesmo, pareça não Ter maior interesse. Mas o problema dos chamados "lugares comuns" é que, muitas vezes, são verdadeiros. Ninguém dá o que não tem - salvo, como dizia Lacan, quando se trata da ilusão amorosa. Quem vive

permanentemente na infelicidade não pode olhar o outro como alguém com quem possa ou deva preocupar-se. O sentimento íntimo de quem padece é de que o mundo lhe deve alguma coisa, e não de que ele deva qualquer coisa no mundo. O "comércio de felicidade" é orquestrado de tal modo que o sentimento de deficiência, escassez ou privação pede sempre mais dinheiro e mais atenção para consigo, como meio de evitar a presença avassaladora das frustrações emocionais. O trinômio *droga, sexo e credit card* tornou-se o principal mandamento do catecismo prático das elites no Brasil. Entretanto, a idéia da salvação individual - seja pelo "controle técnico da infelicidade", seja pela produção de "felicidade via nasal" - torna a elite brasileira físico-moralmente dependente do que existe de pior na sociedade. De um lado, o submundo da cocaína e seus monstruosos efeitos, entre os quais o despotismo de bandidos e policiais vendidos ao tráfico sobre a população das favelas, a corrupção do sistema jurídico-policial e, sobretudo, a degradação moral do valor do trabalho aos olhos das crianças, adolescentes e adultos pobres. De outro lado, a multidão de "especialistas" em felicidade sexual, amorosa e química que, em coro, propagam e reforçam na mídia o mito da salvação individual, num Brasil moderno, informatizado, neoliberalizado e com todos os problemas resolvidos, de antemão, pelas leis do mercado.

A cultura narcísica no Brasil, para retomar a expressão de Lasch, fez com que os *fortunate few* se apaixonassem pelo refugio social que produzem, tornando-se seus cúmplices e reféns (Lasch, 1970). Criou-se um círculo vicioso, onde a demanda por cuidados com a juventude, a beleza, a forma física, a realização sexual e o bem estar perene nutre-se da miséria econômica dos mais pobres e alimenta a miséria psíquica dos mais ricos. Além do mais, paralelamente à inibição da esfera pública, a cultura narcísica produz a desagregação das próprias instituições encarregadas de proteger o parco quinhão da "felicidade *prêt-à-porter*" o caso da família é exemplar. tida por muito tempo como refúgio contra a dureza do mundo e espelho da moralidade, a típica família de elite brasileira vem sendo reduzida ao conjunto de indivíduos que possuem a chave da mesma casa, como disse um humorista. As querelas entre adultos e adolescentes, homens e mulheres, pelo "direito à felicidade" ou à "realização do próprio desejo" torna-os mais e mais intolerantes uns com os outros. O exercício da solidariedade é dinamitado do topo à base. Nas telenovelas, nas seções de aconselhamento pessoal de revistas de moda ou nos tediosos programas de entrevistas ao vivo, os temas preferidos são as disputas entre "os sexos e as gerações" ou as receitas de como subir na vida e aparecer na mídia. A tagarelice mundana, ociosa e desprovida de imaginação foi promovida a ideal de vida liberal, moderno e com cara de "revolução dos costumes".

À primeira vista, tais fatos são epifenômenos de causas maiores e mais profundas. Não penso assim. Esta trivialidade é a matéria prima das aspirações e comportamentos que vão repercutir intensamente na omissão com que enfrentamos nossos graves problemas humanos e sociais. Em primeiro lugar, esse modo de subjetivação despolitiza radicalmente o mundo, reduzindo todo mal-estar cultural a questões de competência ou incompetência individual para viver. Em segundo lugar, a conversão a esses *ethos* remete forçosamente os sujeitos para a solução que têm à sua disposição, ou seja, a estratégia salvacionista do consumo de bens e serviços do "mercado de felicidade". Em terceiro lugar, e o mais importante, o estilo de vida das elites já não empolga sequer seus próprios membros. Mesmo confinados nos estreitos limites da privacidade, os indivíduos dão mostra de um derrotismo desconcertante.

Numa pesquisa feita durante os últimos três anos com adolescentes e adultos jovens das camadas instruídas do Rio de Janeiro, sobre o tema do amor e da sexualidade, pudemos notar que a maioria deles não acreditava na possibilidade de realizar-se afetivamente. O mais grave, no entanto, é que o "amor romântico" era o único valor percebido como livre da instrumentalização pelo mercado e pelo consumo. Verdadeiro valor transcendente e signo da supremacia moral da vida privada sobre a violência do mundo, o romantismo amoroso era visto, contudo, como uma promessa inalcançável. Malgrado a consciência dessa impossibilidade, o conformismo com a situação atual era massacrante e o desestímulo com respeito a prováveis atitudes de mudança foi unânime. Nenhum deles conseguiu fantasiar utopias amorosas, sugerir experimentos emocionais inéditos ou valorizar, mesmo sonhadamente, a existência de um mundo melhor, em que satisfação pessoal e justiça coletiva se tornassem compatíveis. Os jovens permanecem colados aos

ideais da cultura narcísica, e essa ambivalência com respeito aos valores que professam, explica, em parte, o desânimo com que vêem eventuais projetos de mudança. *Mesmo entre os poucos que mostraram sensibilidade em relação aos problemas coletivos, não havia motivação para redistribuir, entre todos, um modo de vida que conhecem, experimentam e interpretam como fadado ao insucesso.* Sem entusiasmo político de outros tempos e descrentes quanto aos ideais de auto-realização, vivem a consciência da própria futilidade de modo desalentador. As elites não só se recusam a negociar os privilégios como mantêm-se atadas a tentativas vãs de reparar o que não tem conserto. É entendível, portanto, que não se deixem mobilizar moralmente em defesa de uma forma de vida que, por experiência, sabem que está falida. A forma suicida com que nos deixamos invadir pela violência, sem nada fazer, é talvez um sinal desse desejo latente de destruir o que não temos coragem de transformar.

Para que haja mobilização política-cultural desses indivíduos, a meu entender, é necessário atentar para questões das seguintes ordens. Sem uma discussão dos valores ou do quadro institucional que nos constitui enquanto sujeitos sociais, inclusive e especialmente em nossa vida privada, dificilmente conseguiremos retirar as elites da inércia auto e heterodestrutiva. Sem um esforço para conceber novas formas de relações familiares; novas modalidades de relações afetivas, sexuais e amorosas; novos estilos de convivência e sociabilidade; novas atitudes diante do progresso científico-tecnológico; novas posturas diante da transmissão do saber e da tradição cultural democrático-humanista que é a nossa, dificilmente poderemos produzir o encantamento necessário à paixão transformadora capaz de restituir à figura do próximo sua dignidade moral. O caminho é longo e penoso. Mas navegar é preciso, e sem uma bússula na mão e um sonho na cabeça nada temos, salvo a rotina do *sexo, droga e credit card*.

#### **Notas:**

(1) Empregamos a noção de destino na acepção de Agnes Heller e Ferenc Fehér. Para estes autores, destino é a maneira como os indivíduos, nas sociedades que professam o igualitarismo e possuem o sentimento da contingência de suas próprias subjetividades, imaginam seus ideais de liberdade ou autodeterminação.

(2) Tomo o termo elite no sentido de "elite no poder" ou, simplesmente, de "donos do poder". Este sentido é restritivo. Refere-se à realidade histórica da constituição da moderna sociedade brasileira, na qual a maioria da população é excluída, de fato e não de direito, da participação tanto na distribuição das riquezas quanto nas decisões políticas. Estamos cientes de que o termo também pode conotar aqueles que, dentre os cidadãos, são considerados "os melhores", pela qualidade de suas virtudes cívicas. O termo elite, portanto, é deliberadamente usado no sentido crítico de desaprovação de determinadas condutas ou comportamentos políticos, sociais e culturais vistos como indesejáveis na constituição de uma sociedade democrática.

#### **Bibliografia**

ARENDRT, Hannah. *As origens do totalitarismo II - Imperialismo, a expansão do poder*. Rio de Janeiro, Documentário, 1976.

\_\_\_\_\_. *As origens do totalitarismo III - Totalitarismo, o paroxismo do poder*, Rio de Janeiro, Documentário, 1979.

\_\_\_\_\_. *Um relato sobre a banalidade do mal - Eichman em Jerusalém*, São Paulo, Diagrama&Texto, 1983.

COSTA, Jurandir Freire. "Narcisismo em tempos sombrios", in *Percursos na história da psicanálise*, org. Joel Birman, Rio de Janeiro, Taurus, 1988.

\_\_\_\_\_. "Psiquiatria burocrática: duas ou três coisas que sei dela", in *Clínica do Social*, Aragão e outros, São Paulo, Escuta, 1991.

HELLER, Agnes e FEHÉR, Ferenc, *The Postmodern Political Condition*, Cambridge, Polity Press, 1991.

LASCH, Christopher. *The culture of narcissism*, New York, Warner Books Edition, 1970.

MACEDO, Heitor O'Dwyer, *De l'amour à la pensée - La psychanalyse, la création de l'enfant et D.W. Winnicott*, Paris, Éditions L'Harmatan, 1994.

RORTY, Richard. *Contingency, irony and solidarity*, Cambridge, Cambridge University Press, 1989.

WEBER, Max. *The sociology of religion*, Boston, Beacon Press, 1993.

WINNICOTT, D. W. *Processus de maturacion chez l'enfant*, Paris, Payot, 1970.

\_\_\_\_\_. *De la pédiatrie a la psychanalyse*, Paris, Payot, 1971.

1. Conferência realizada no dia 20 de setembro de 1996, no Teatro do Sindicato dos Bancários, em Brasília-DF. A referência completa deste texto é: Costa, Jurandir Freire. A ética democrática e seus inimigos: o lado privado da violência pública IN Nascimento, Elimar Pinheiro do (org.) Brasília: capital do debate - o século XXI - Ética. Rio de Janeiro/Brasília: Garamond/Codeplan, 1997, pp. 67-86.